

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

Tarcísio José Ferreira, Gerson Martins de Souza

Resumo: Este tem como objetivo mostrar a o papel do Assistente Social em atuação no Ensino Superior, em especial na prática docente, onde este profissional tem atribuições específicas como mostra o código de ética do Serviço Social. A metodologia utilizada será a bibliográfica, empírica, onde será apresentado também um relato de experiências do autor. O Serviço Social vem se moldando e ocupando espaços desde o processo de ruptura, onde este viu-se a necessidade de rever conceitos em relação à atuação profissional e seus espaços de atuação. O Serviço Social por muito foi taxado de assistencialismo, hoje, como profissão regulamentada, com código de ética e formação específica, ganhou proporções diferentes.

Palavras-chave: Serviço social; Educação superior; Docente; Atuação.

Abstract: This aims to show the role of the social worker at work in higher education, especially in teaching practice, where this professional has specific duties as the code of ethics of Social Service. The methodology used is a literature, empirical, which will also be presented an account of the author's experiences. Social work has been shaping and occupying spaces since the rupture process, where it saw the need to review concepts in relation to their professional practice and performance spaces. The Social Service too was labeled a welfare today as regulated profession with ethics and code specific training, gained different proportions.

Keywords: Social work; College education; Teaching; Practice.

Introdução

Sabe-se que a atuação profissional do Assistente Social no nível superior, em especial na formação acadêmica, ou seja, na docência, requer mais que um conhecimento da disciplina referente, mais também a formação didático-pedagógica desse profissional que adentrará em sala.

As competências e habilidades profissionais do Assistente Social em campo são diferentes das do mesmo profissional em sala, uma vez que se sabe que a teoria e a prática andam juntas, as competências e habilidade em sala andam de mãos dadas.

Há saber, as competências pedagógicas e as habilidade instrutivas diferem do campo da práxis social, o que muitas vezes se tem são profissionais extremamente capacitados para atuação em campo, contudo totalmente ou Mao preparado para atuação em sala de aula, algumas vezes confundindo os dois campos de atuação ou simplesmente usando as ferramentas avaliativas como ferramentas punitivas.

Como problemática apresenta-se: a formação profissional é condizente para a atuação profissional no nível superior?

Esse artigo tem como objetivo mostrar a o papel do Assistente Social em atuação no Ensino Superior. E como objetivos específicos foram traçados, apresentar a formação profissional, Mostrar a prática docente na formação superior e trazer um relato de experiência. Como metodologia foi utilizado a bibliográfica e o relato de experiência.

Assim, chega-se ao consenso de que há uma real necessidade de se pesquisar sobre a atuação desse profissional no campo da docência, pois o código de ética do serviço social apresenta a docência como sendo um campo sócio-ocupacional e com disciplinas privativas do Assistente Social.

A formação profissional

Sabe-se que no início da profissão as práticas sócioassistenciais, eram praticadas como forma de assistencialismo pela classe burguesa com o intuito de fazer o bem social para alcançar a limpeza da alma e estar em dias com as práticas religiosas. Contudo, essa prática, foi se solidificando com o passar do tempo, viu-se a necessidade de aperfeiçoamento e de profissionalização da profissão, onde se iniciou com cursos de cunho caritativo, e por conseguinte formação específica.

Iamamoto (2011, p. 40), afirma que: “Identificar as funções intelectuais exercidas pelo Assistente Social implica resgatar algumas peculiaridades da prática do Serviço Social. Esta prática é uma das dimensões em que o Assistente Social exerce seu papel intelectual, embora esse transcenda o âmbito estritamente profissional”. Ou seja, desde o início da profissão, o Assistente Social sempre deve buscar ver, estar e ir sempre além daquilo em que vêm, transcendendo assim, para chegar ao objetivo final de sua profissão, a plenitude.

Atualmente, com grandes centros urbanos, crescimento desordenado populacional e disparidades salariais, o papel do profissional de Serviço Social, é indispensável, pois o Estado, não dá conta de sanar as mazelas sociais sozinho, e isso requer mão-de-obra especializada, pois para chegar às partes mais íngremes de uma sociedade é preciso muita cautela e prática, assim, como destaca Iamamoto (2011, p. 41), “esse tipo de intervenção profissional viabiliza a atuação de seus agentes qualificados em organizações de diferentes tipos, cuja ação se manifesta nos mais diferentes campos (saúde, habitação, lazer, trabalho, etc.) fazendo face a uma gama heterogênea de necessidades sociais”.

Iamamoto e Carvalho (1988, p.171) nos traz que “será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais e, principalmente, humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras Escolas de Serviço Social”.

Depois de muitas discussões principalmente com a Igreja Católica, é fundada a primeira escola de formadores de Serviço Social, em São Paulo. Até em tão como as instituições de cunho religioso – sobretudo a Igreja Católica – detinha total controle e conhecimento sobre a área de atuação, com a instituição da primeira escola, a igreja perde a sua hegemonia, ao qual ela queria consolidar como desde o princípio, o Estado consegue manter a ordem que tanto desejava.

Em São Paulo, numa conjugação de esforços da nascente burguesia e de setores da própria Igreja Católica havia sido criado, na esteira do movimento constitucionalista de 1932, o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS, que desempenhou um importante papel no sentido de qualificar os agentes para a realização da prática social. Nesse Centro, como fruto da iniciativa das cônegas de Santo Agostinho, no Brasil realizou-se o primeiro curso de preparo para o exercício da ação social, que, sob a denominação de Curso Intensivo de Formação Social para Moças, foi ministrada pela assistente social belga Adèle de Leneux, da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas. A clientela desse primeiro curso foi constituída por jovens católicas, algumas já participantes de atividades assistenciais ou militantes de movimentos da Igreja, e todas pertencentes a famílias da burguesia paulista. (MARTINELLI; 2011, p. 123).

As escolas eram orientadas a formar os alunos de acordo com as necessidades do Estado, para supri-las, por exemplo, nos CEASs, (Centro de Ação Social de São Paulo) e nas instituições estatais.

Ainda a autora (2011, p. 123), acrescenta que “historicamente, esse foi o evento que marcou o primeiro passo da longa caminhada do Serviço Social no solo brasileiro, que já se iniciou sob o revelador signo da aliança com a burguesia”.

Já com a profissão institucionalizada, são implantados os pressupostos filosóficos de São Tomás de Aquino, que dizia que a vida humana estava totalmente baseada na lei divina, que devíamos agir como estava nas Escrituras e no Velho Testamento, ou seja, devia-se seguir piamente o que a igreja mandava, em outras palavras, se fossem de encontro aos ensinamentos da igreja seriam taxados como hereges ou pessoas indignas de adentrar ao Reino dos Céus. Isso era uma ordem para o bem comum para quem tinha a incumbência de cuidar da comunidade, esse ordenamento foi ditado e promulgado por São Tomás de Aquino.

Hoje o papel do profissional de Serviço Social tornou-se algo importante para a sociedade, por que é através dele que, pode-se estudar as estruturas de uma comunidade, família e psicológica de um indivíduo, e podendo ou não atender as necessidades dele, como indivíduo isolado ou como membro de uma organização.

Atuando em organizações públicas e privadas dos quadros dominantes da sociedade, cujo campo é a prestação de serviços sociais, o Assistente Social exerce uma ação eminentemente “educativa”, “organizativa”, nas classes trabalhadoras. Seu objetivo é transformar a maneira de ver, agir, de comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços sociais, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. Esse tipo de prática faz do Assistente Social um “profissional de Assistência”, já que ele opera com recursos institucionais para a prestação de serviços, racionalizando e administrando sua distribuição, controlando o acesso e o uso desses serviços pela “clientela”. Ele intermedeia as relações entre instituição e “clientela”, articula a população aos órgãos em que trabalha. A prestação de serviço imediatos em que interfere o Assistente Social contribuem para que sejam atendidas as necessidades básicas e urgentes de sobrevivência das classes trabalhadoras, especialmente de seus segmentos mais pauperizados, contribuindo com sua reprodução material. É acoplado a esses serviços buscados pela população que o profissional desempenha suas funções tipicamente intelectuais. (IAMAMOTO; 2011, p. 40-41).

Com o código de ética vigente e o uso da moral o profissional foi amparado na legislação e buscou o seu espaço mostrando que a profissão especializada buscava ajudar a entender as dificuldades sociais e minimizar essa parcela esquecida pelo Estado. E esse profissional teria que ser capacitado para atuar em diferentes aspectos e áreas.

Quando a profissão de Assistente Social foi instituída na década de 30, inicialmente, com propósito de caridade e ideologias, tinha como pressuposto auxiliar o Estado na implantação de um novo sistema, o capitalismo, implantação da industrialização e minimizar as mazelas sociais assim como amortecer as tensões sociais.

Martinelli (2011, p. 123-124), acrescenta:

Penetrando em sua essência e desvendando a complexa trama de articulações que o envolveram, o que se tem é o seu caráter estratégico, é a sua natureza de projeto conservador, burguês, impregnado pela concepção de política e de ação social produzidas pela visão de mundo da burguesia. Nela, tanto um quanto outra configuravam mecanismo de preservação de seu poder hegemônico, de contenção e controle das lutas sociais, além de guardarem, de acordo com sua ótica, uma força disciplinadora capaz de garantir a difusão do modo capitalista de pensar e sua interiorização pela classe trabalhadora.

Havia, no início da profissão, atendimento à questão social enquadrada como caso de polícia que servia como ação social, assim como existia muita filantropia e a presença quase nula do Estado, sem políticas sociais nenhuma. As instituições filantrópicas trabalhavam como queriam sem respeitar as individualidades das pessoas e assim impondo as suas ideologias.

Essa cooperação internacional fazia com que se afastem dos conteúdos conservadores, franco-Belga, e se aproximasse da sociologia norte-americana, essa chegou muito próxima. A base do assistencialismo era proveniente da França, baseada nos estudos de Augusto Comte, a corrente positivista, esta, baseava-se em desvincular das ideologias e juízo de valor e que as ciências sociais deveriam seguir a objetividade científica das ciências naturais.

Para Martinelli (2011, p. 115-116) “A linha psicanalítica do Serviço Social americano foi substituída na Europa pela sociológica, assim como a abordagem individual cedeu lugar à grupal”.

Mais a diante o Estado começa a influenciar nas questões/práticas sociais trazendo a responsabilidade para ele, com isso surge às escolas de Serviço Social visando o aperfeiçoamento específico da área, assim aumenta a demanda da necessidade de profissionais levando a profissão rentável. A metodologia deverá ser com embasamento científico e este, é baseado no método americano.

O método Richmondiano dá-se a ideia de mostrar a solução ao indivíduo e fazer com que ele modifique o seu meio.

Richmond concebia a tarefa assistencial como eminentemente reintegradora e reformadora do caráter. Atribuía a grande importância ao diagnóstico social como estratégia para promover tal reforma e para reintegrar o indivíduo na sociedade. (MARTINELLI; 2011, p. 106).

Trazendo o método importado de caso estudo/diagnóstico/tratamento, este, irá influenciar os primeiros estudos de caso do Serviço Social no Brasil, o uso da autodeterminação como diagnóstico, tratamento, aceitação do tratamento, a individualização como forma de tratamento diferenciado, usando o não-julgamento e a aceitação do usuário como ele é para o seu meio, e dentro de sua comunidade.

Nas décadas de 30 e 40, com o “Estado Novo” já institucionalizado, com o governo Vargas há uma grande necessidade de assistencialismo no Brasil, contudo havia o assistencialismo brasileiro que estavam nas mãos das instituições filantrópicas, casas de voluntariado e instituições de cunho religioso, muitos católicos, o Estado até então, ainda estudava as possibilidades de como inserir ao Estado a responsabilidade de diminuir as carências populacionais.

Martinelli, (2011, p.127) Por muito tempo os Assistentes Sociais assumiram “o fetiche da prática, fortemente impregnado na estrutura da sociedade, se apossou das assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência e uma prontidão para a ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão crítica”.

O desejo de romper com o Serviço Social tradicional contribuiu para a formação de grupo de discussão dentre os profissionais Assistentes Sociais, culminando com debates ao longo dos vários congressos nacionais periódicos da categoria e delimitando os espaços de pensamentos, entre conservadores – os que queriam manter a perspectiva tradicional, e aqueles modernizadores – um novo projeto com vistas à transformação social.

Esse debate foi sufocado pela ditadura militar, ressurgindo com o processo de renovação do Serviço Social que ocorreu entre os anos de 1967 e 1984. Os eventos deste período foram organizados num primeiro momento por iniciativa do CBCISS (Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social), que envolveram profissionais e professores da área. E depois se articulando com a ABESS (Associação Brasileira de Assistentes Sociais).

Aguiar (1985) destaca que a perspectiva modernizadora foi projetada no documento do Congresso 1967, realizado em Araxá-MG. Nele fica elencada a necessidade de busca do desenvolvimento associado à promoção humana, através da conscientização da população, embasada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

Cinco anos mais tarde. Em 1972, no encontro de Teresópolis, foi aprovada uma nova metodologia de ensino para formação de Assistentes Sociais, aferindo cientificamente ao curso com a introdução das disciplinas: Planejamento, Administração, Estatística, Política Social, Economia e Sociologia.

A nova influência provinda do espaço acadêmico, mais especificamente das disciplinas das ciências sociais, no estudo da teoria marxista, aliada a atuação junto às comunidades eclesiais de base, com a Teologia da Libertação e os movimentos populares de esquerda. Com isso, fortaleceu-se, em 1979, o movimento da categoria denominado de Reconceituação. Na verdade se trata do movimento que foi abafado pela ditadura militar e que agora volta num ambiente democrático e com orientação teórico-científica.

No plano do exercício profissional, a esse momento vivido ao final dos anos 70 e início da década de 80, correspondeu um avanço significativo da prática social, especialmente no

sentido de que passou a ter um novo ponto de ancoragem, construído com base das alianças com a classe trabalhadora. (MARTINELLI; 2011, p. 147).

Não se pode deixar de mencionar também a influência da metodologia de ensino de Paulo Freire que dominava os fóruns de discussão em torno da educação; a criação do PT (Partido dos Trabalhadores); a campanha pelas “diretas já”; o crescimento dos movimentos grevistas, com o fortalecimento dos sindicatos por categorias e a união em centrais sindicais, espaço nos quais vários Assistentes Sociais já atuavam e ao mesmo tempo serviram de base para o movimento de reconceituação.

O significado desse movimento teve sua marca no II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido no mesmo ano, conhecido como “o ano da virada”, onde a mesa da solenidade de abertura composta por autoridades governamentais foi destituída e recomposta por representantes das organizações populares, numa demonstração clara de ruptura com o conservadorismo e reveladora dos novos parceiros do Serviço Social brasileiro.

Iniciou-se uma ampla reforma no Serviço Social, desde a formação acadêmica, com introdução de novas disciplinas, até a recomposição das direções das associações representativas da categoria de Assistentes Sociais.

Como relata Martinelli (2011), no ano de 1971 constava 958 profissionais de Serviço Social e, em 1988, constavam 54.626 Assistentes Sociais inscritos no Conselho Federal de Serviço Social.

Com esse aumento no número de profissionais de Serviço Social, também cresceu as políticas públicas para as diferentes áreas de atuação desse profissional, essas políticas direcionadas, facilitavam o trabalho dos mesmos e amparava-o no âmbito da sua profissão. As políticas sócio-assistenciais têm a função de amparar o usuário tanto quanto o profissional que delas necessitam para o encaminhamento desses indivíduos.

Não podendo esquecer quais os valores que norteiam a profissão de Serviço Social – a moral e a ética – pois, sem elas o caos estaria instalado nessa prática levando o oposto daquilo que os estudos e os profissionais defendem como propósito nas suas relações com a profissão.

O Assistente Social tem a ética como valor norteador, porque sabe distinguir o que é certo ou errado. Com a ética tem-se consciência de si e dos outros sabendo refletir e reconhecer a existência do outro como sujeito ético, igual a si. Assim, a conduta ética desse profissional os leva a saber o que pode ou não ser fazer além os limitar; ter conhecimento dos vossos atos e limites é o mesmo que não vos deixar levar por instintos ou sentimentos nem por vontade de outrem e sim confiar-se a autodeterminação e a independência para poder averiguar da melhor forma as diferentes realidades.

Do mesmo modo que a ética, a moral, como o segundo valor que norteia essa mesma profissão, são valores agregados a conduta de uma pessoa. a moral de uma indivíduo é vista por suas virtudes desde os primórdios, conhecer as causas e os fins de suas ações, o significado de suas intenções e de suas atitudes é a essência dos valores morais e isso um profissional de Serviço Social precisa saber para melhor julgar as ações de outrem e até mesmo as suas.

Em outras palavras, a ética e a moral são referências ao conjunto de costumes tradicionais de uma sociedade e que, são considerados valores e obrigações para a conduta de seus membros. Logo, uma não depende da outra, mais ambas estão interligadas.

Algumas profissões para o seu exercício faz-se necessário alguns requisitos prévios, a profissão de Assistente Social, também tem os seus que se faz necessário antes de exercer o ofício. Segundo a Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993, que traz em seu escopo as disposições sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências, reza em seu artigo 2º o seguinte:

Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I – Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no país, devidamente registrado no órgão competente.

II – Os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

Parágrafo único: O exercício da profissão de Assistência Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei. (BATISTUTE; 2009, p. 158).

Como se sabe, há uma necessidade prévia de ser habilitado, formado e registrado no Conselho para exercer esta profissão, não basta apenas fazer caridade, doações e boas ações para se achar como um profissional capacitado a exercer tal profissão.

O Assistente social nos seus anos de graduação aprende todo o caminhar da história da profissão, legislação, instrumentação e suas aplicabilidades, dentre muitas outras ferramentas que serão úteis por toda a sua jornada na profissão, ou seja, uma pessoa que não tem uma instrução adequada ou um mau profissional que não segue as normas, não pode ser considerada um profissional de Serviço Social.

A prática profissional docente na educação superior

Sabe-se que existe disciplinas que são privativas do Assistente Social, como reza o Código de Ética do Assistente Social, Lei nº 8662/93, onde este especifica também quais as atribuições do Assistente Social na atuação na educação superior, uma vez que o curso de Serviço Social é regulamentado e de formação de nível superior.

A Lei nº 8662/93, diz no seu Art. 5º que são atribuições privativas do Assistente Social:

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social.

Vê-se que o código de ética, tomou precauções e cuidados quanto a formação profissional do Assistente Social, uma vez que, o mesmo também necessita das áreas transversais e de uma dinâmica multidisciplinar de aprendizado, ainda sim, há matérias específicas da profissão que faz jus ao profissional da área por estar inserido e trazer no seu escopo, subsídios teórico-metodológicos específicos do profissional de Serviço Social.

Segundo Oliveira (2010, p.116) a discussão no âmbito do Serviço Social e da Universidade está intrinsecamente relacionada à formação do profissional “e que tem como um dos seus pilares a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Percebe-se que o tripé da formação do profissional está fortemente relacionado a experimentação do aluno nas três esferas que compõem a formação do Assistente Social. Uma vez o aluno imerso nesses conceitos ele terá subsídios o suficiente para sua atuação profissional.

A autora ainda acrescenta que:

Ressaltamos que a universidade é o locus privilegiado da formação profissional e sua direção social é fundamental para a garantia da formação de profissionais conscientes, críticos e criativos, que consigam pautar sua ação na unidade dialética entre teoria e práxis. (SIC) (OLIVEIRA, 2010 p.120).

Assim, pode-se perceber que a práxis do Serviço Social, pautada na dialética marxiana, traz consigo uma visão de um todo e não de parte desse todo, uma vez que a prática e a teoria estão intimamente ligadas, o profissional de Serviço Social, entra nessa dialética e pauta sua atuação na mesma sem dissociar a teoria e a prática profissional.

Também são atribuições privativas do Assistente Social:

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social; (CFESS, 2011)

Santos (2013, p. 74), acrescenta que “é preciso preparar o aluno para uma sociedade capitalista, polivalente, proporcionar conhecimento, desenvolver habilidades e formar cidadãos”. Nesse contexto vê-se que a formação do profissional requer cautela quanto ao direcionamento do ensino do aluno, para não cair nas armadilhas positivistas da formação do futuro profissional.

Não se deve esquecer também que a formação profissional é contínua, não se esgotando na graduação, onde o profissional de Serviço Social, precisa constantemente renovar-se com relação a adição de conhecimentos, pois a sociedade este em contínua transformação e o objeto de estudo sendo, também, as sociedades, há uma constante necessidade de aperfeiçoamento do profissional.

Relato de experiência

Na atuação profissional docente do curso de Serviço Social, percebo que está sempre atualizado e dominar os conteúdos transversais fazendo a correlação com o curso é extremamente necessário, pois os discentes trazem sempre suas angústias sobre a prática profissional e a grande parte são nas áreas que permeiam a prática profissional do Assistente Social.

Atuar na docência, em especial na área do Serviço Social, me permite apreender melhor a teoria que passo para os discentes, também fazer um paralelo com a prática profissional e com as questões morais e éticas da profissão, onde às vezes, no limiar dessa dialética pode-se perceber o quão difícil a profissão se torna para aquele que não consegue visualizar tal práxis.

Também, pode-se perceber uma infinidade de motivos que levam o indivíduo a buscar o curso de graduação em Serviço Social, contudo o que mais tenho visto com relação a procura pelo curso é para sanar um problema pessoal ou uma mazela intra-familiar e poucos casos são apenas por interesse pela temática, o que me preocupa com relação a essa demanda é muitos se decepcionam no transcorrer do curso e passa a enxergar o Serviço Social com outros olhos, mais, ainda assim, sai uma parcela pequena, porém significativa com a visão deturpada do Serviço Social e do que é ser um Assistente Social.

Mas, vejo que mesmo com as intempéries na prática docente na universidade, a cada discente que chega com suas expectativas para a profissão é um sopro de renovação que vem com novos ares e com novas visões para reacender a chama do Serviço Social e não deixar apagar os ganhos históricos da profissão, ou o esvaziamento da profissão.

A prática docente faz também com que a cada aula podemos renovar os nossos conhecimentos, com novos debates e com novos casos a serem estudados trazidos pelo discente, e novas maneiras de interpretar a realidade dos usuários fazem com que sempre necessitemos de estar em constante aperfeiçoamento.

Ao mesmo tempo em que, as relações sociais são construídas com o alunado, também são formada novas redes e novos círculos sociais a cada turma, fortificando as relações sociais dos futuros profissionais e ampliando a visão de modificar a realidade dos sujeitos – usuário-profissional.

Conclusões

Pode-se perceber que houve avanços no que tange a formação do profissional de Serviço Social, saímos de uma formação assistencialista, passamos por uma formação caritativa, até se consolidar com o modelo que se tem hoje da profissão.

A preconização de disciplinas, extensão e pesquisa com profissionais do Serviço Social no código de ética, demonstra um claro avanço no campo de atuação profissional de nos espaços de atuação. A docência no curso de Serviço Social ainda requer alguns aprimoramentos, por exemplo, disciplinas que dão bases pedagógicas para atuação nesta área de atuação.

A falta de conhecimento pedagógico por parte do docente de nível superior é um fator que pode trazer entraves na formação dos futuros profissionais, pois o caráter pedagógico tem um

diferencial para a atuação em sala de aula diferente dos campos de atuação do Assistente Social.

Também, é muito comum uma diferenciação do Assistente Social docente do profissional atuante em campo, essa distinção é quase como um canyon, que coloca o mesmo profissional em patamares diferentes, dependendo da atuação profissional, a docência passa a ter um valor menor que aqueles que estão em campo, salvo os casos dos docentes de Universidades Federais, ao qual ganham um direcionamento e nomenclatura diferenciada, agora chamados de “professores pesquisadores”.

Não obstante, ainda vejo que a profissão e a profissionalização ainda precisam avançar nesta perspectiva, precisa-se consolidar como uma única categoria que atua nas mais variadas vertentes da sociedade, que este profissional está apto a atuar tanto na docência quanto em campo.

Referências

AGUIAR, Antônio Geraldo. *Serviço Social e Filosofia das Origens a Araxá*. 4ª ed. São Paulo: Editora Cortez. 1985

BATISTUTE, Jossan; MARQUESI, Roberto Wagner. *Direito e Legislação Social*. Pearson, 2009: Londrina – PR.

BRASIL, Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8662/93 de regulamentação da profissão. CFESS, 9 ed.: Brasília, 2011

BRAVO, Maria Inês Souza; MATOS, Maurício Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Cortez. 2 ed.: São Paulo, 2010

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico*. 11ª edição; Editora Cortez: São Paulo – SP, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 6ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 1991.

MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social Identidade e Alienação*. 16ª edição; Editora Cortez: São Paulo – SP, 2011.

SANTOS, André Michel. *Gestão Democrática e Serviço Social: Limites e possibilidade de atuação do assistente social na escola pública*. Garcia edizone: São Bernardo do Campo - SP, 2013.